

CIDADE E NATUREZA: REINOS DISTINTOS OU UMA CISÃO DE ORDEM CULTURAL?

Iara Sydenstricker¹

Resumo: O artigo discute conceitos de natureza e artifício, questionando a negação da cidade como meio-ambiente natural do homem urbano. O trabalho aposta na reintegração do homem urbano e da cidade à *phýsis* como uma só coisa, a natureza. A partir da reflexão crítica em torno da cisão homem-natureza e de uma perspectiva ecológica que venha a apontar para a sua (re)união, acredita-se ser possível o desenvolvimento da cidadania com base no sentido de pertencimento à cidade, vista como palco de convivência de sentimentos de posse e de cuidados para com, em permanente recriação. Associa-se, assim, o exercício da cidadania à noção de pertencimento à cidade e à reintegração cultural do homem à natureza.

Palavras-chave: cidade, natureza, pertencimento, cultura, cidadania.

No conto “O jardim dos caminhos que se bifurcam”, Jorge Luiz Borges (2007) narra a história de um encontro entre um espião chinês e um sinólogo que coincidentemente estudara a obra de um antepassado do primeiro. Segundo o especialista em cultura chinesa, esse antepassado teria abandonado o que fazia para dedicar-se à escrita de um livro e à construção de um labirinto. Depois de pronto, contudo, o livro não foi apreciado por leitores, que o consideraram confuso. Quanto ao labirinto, não foi encontrado por ninguém, até que o sinólogo compreendesse que era o livro o próprio labirinto. Um livro-labirinto capaz de oferecer diversos finais para a mesma narrativa porque seu autor acreditou num tempo não linear, rizomático, constituído em rede. O conto de Borges não termina aí e merece ser lido integralmente. A história, porém, remete ao fato de estarmos vivendo ambientes de convergência de tempos e de espaços onde convivem múltiplos cronotopos, no sentido de Bakhtin (1998), para quem a relação entre tempo e espaço é inseparável, um não existe sem o outro. O espaço expressa o tempo, torna-o visível e assimilável. O tempo, por sua vez, é determinante na construção do espaço, afinal, não haveria espaço sem tempo.

Vivemos espaços de fluxos, onde tudo circula em grande velocidade, num ritmo que tende a alisar diferenças, banalizar a vida e a morte, esvaziar os sentidos, fazendo com que “tudo se equivalha, mesmo a publicidade, a ficção e o documentário”

¹ Integrante do Grupo de Pesquisa *Dramatis*, do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA. iarasyd@atarde.com.br.



(PARENTE, 1992). Sons e imagens projetam mundos ilusórios, simulacros do real que os levam a viver em outras dimensões sem que, contudo, sejamos efetivamente transportados (GUATARRI, 1985). Tecnologias de informação e comunicação projetam o homem contemporâneo para naturezas virtuais, lugares cada vez mais distantes do espaço onde vive.

Segundo Guatarri (1985), território e espaço assumem conotações distintas, constituindo-se o primeiro a partir da subjetivação do segundo. Para o autor, estamos a produzir novas subjetividades e rompimentos frente a valores socialmente estabelecidos, favorecendo o alisamento de espaços que se tornam aptos a serem desterritorializados e reterritorializados artificialmente. Nas grandes cidades, o processo de alisamento corresponde, também, à contínua e gradual destruição de áreas urbanas plenas de referências individuais e coletivas – que Guatarri nomeia “territórios existenciais” – e à sua substituição por espaços voltados para o atendimento de necessidades de consumo criadas, em boa parte, pelo gerenciamento dos meios de informação e comunicação. As interferências na paisagem urbana, que muitas vezes rompem com práticas culturais estabelecidas, resultam em reordenamentos de modos de vida e de comportamento e alteram significativamente a relação do homem com seu meio-ambiente. Surgem, dessa maneira, novos hábitos e concepções de mundo, traduzidos por estilos de vida só possíveis em espaços criados para tais fins (RIBEIRO, 1993).

Segundo Santos (1988), até o século XVIII o homem vivia o meio natural, interferindo de modo pouco significativo na modificação do espaço. A partir do final do século XVIII e, em especial ao longo do século XIX, o avanço das técnicas fez surgir um novo território, o meio técnico, um território mecanizado que substituiu o meio natural. Santos, entretanto, considera insuficiente o conceito de meio técnico para que se possa compreender a atual complexidade espacial e segue afirmando que, a partir da Segunda Guerra Mundial, o território vem assimilando, contínua e progressivamente, maior conteúdo de ciência, tecnologia e informação. Trata-se, na definição do autor, do meio técnico-científico, que cada vez mais se diferencia do meio natural inicialmente descrito.

É este o exato ponto da análise que busco enfocar, iniciando a reflexão com base num recorte conceitual sobre as noções de meio natural e meio construído, ou, de modo mais amplo, natureza e artifício.

Sob o respaldo da crítica produzida por Clément Rosset na obra *A Antinatureza* (1989), tomo de empréstimo do autor a noção de “preconceito naturalista”, a partir do

qual se origina, a meu ver, um grande distanciamento, senão mesmo a negação do homem em relação ao próprio meio-ambiente que constrói, em especial o meio ambiente urbano. Tal afastamento é responsável, ainda, pela fragilização da noção de pertencimento à cidade, que, por sua vez, está diretamente associada ao exercício da cidadania.

Para Rosset, muito embora a concepção naturalista venha sendo combatida por alguns pensadores desde a Antiguidade, a humanidade até hoje não conseguiu desvencilhar-se de uma visão que separa aquilo que se faz por si mesmo – a natureza – daquilo que se produz, se fabrica – o artifício. A esta visão, que estabelece a existência de dois mundos, um “natural” e outro “artificial” ou construído, o autor chama de preconceito naturalista, criado possivelmente a partir de uma concepção antropocêntrica que define como natural tudo o que se faz sem o homem. Ora, se é próprio do homem a capacidade de inferir na natureza, nega a existência dessa natureza modificada é, em suma, negar a ação mesma do homem. Tal “preconceito naturalista” assume maior proporção no caso específico das cidades, gerando grande confusão entre o que é permitido e aceito - a transformação social do meio-ambiente – e o que é visto como intocável, sagrado e puro – uma natureza compreendida como obra divina, um presente dos céus que vem contínua e crescentemente se degradando pelas supostas ingratidão e incompetência humanas. A idéia de natureza suscita, assim, uma moralidade inconsciente que pode ser compreendida através das palavras de Rosset:

A função ideológica da idéia de natureza se desdobra e se reforça aqui com uma eminente função de ordem moral: permite não somente pensar uma metafísica, mas também, e talvez principalmente, a culpabilidade [...] Por isso, a idéia de natureza é sempre e infalivelmente orientada para termos morais: idéias de primitividade, de autenticidade, de ‘puro’ precedendo a poluição [...] (Rosset, 1989, p. 23).

O autor afirma que filósofos naturalistas paradoxalmente não se preocupam em definir um conceito de natureza, mas centram suas atenções na recusa a qualquer coisa que exista de forma considerada artificial, oferecendo, em troca, uma “natureza” puramente imaginária. Subtende-se, portanto, que tal realidade é invisível porque fica por trás daquilo que se vê e somente poderia ser (re)conhecida através do êxtase místico.

Em não se definindo um conceito de natureza e, ao mesmo tempo, combatendo o que se entende ser seu contrário – o artifício – o pensamento naturalista abre-se para a moralização da realidade e para a intolerância em relação ao próprio homem, oferecendo, em contrapartida, a ilusão de um mundo perfeito, porém inacessível no

âmbito da vivência cotidiana. Essa noção de “natureza” é aqui referida como sinônimo do “preconceito naturalista, já que ambos se contrapõem ao artifício.

Nem sempre, contudo, nos posicionamos de modo tão apartado do universo ao qual pertencemos. De acordo com Gonçalves (1990), na Grécia pré-socrática acreditava-se que o divino permeava tudo o que existia: águas, terra, plantas, homens, arte, idéias. Os deuses pertenciam à vida e à sua paisagem, tanto quanto os acontecimentos, a história, os homens e as coisas. A certeza de se saber pertencente ao universo constituído, assim como as estrelas ou as pedras, fundamentava-se na concepção da *phýsis*², compreendida como a “totalidade de tudo o que é” (GONÇALVES, 1990 p. 30).

Sócrates, Platão e Aristóteles inauguram o afastamento entre o mundo da *phýsis* e o mundo das idéias. A valorização do homem e da idéia em contraposição às coisas correspondeu a um desmembramento da *phýsis*. Com a ascensão do cristianismo, especialmente durante o período medieval, acentuou-se o divórcio entre o homem e a *phýsis*, entre a idéia e uma “natureza não humana”, entre o espírito e a matéria. Deus, portanto, deixa de habitar o mundo perfeito dos homens e é transferido para o reino dos Céus, de onde tudo vê e controla.

O grande pensador responsável pela definitiva oposição sujeito-objeto, afirma Gonçalves (1990), é René Descartes (1596-1650), quando apontou para o caráter antropocêntrico e o sentido pragmático e utilitarista do conhecimento. Com o pensamento cartesiano afirma-se, inclusive como marcas da modernidade, o posicionamento central do homem e o desprezo pelo conhecimento especulativo, por não produzir resultados tidos como práticos. A ode à técnica e à ciência contribui para que se recupere o materialismo negado pela Igreja medieval, norteando o desenvolvimento do mercantilismo e do colonialismo, já instalados desde o século XVI. A Revolução Industrial, no século XIX, é, ao mesmo tempo, marco e resultado da dominação do homem sobre a “natureza”, vista cada vez mais como “objeto a ser possuído” (GONÇALVES, 1990, p. 37).

Historicamente, o sistema capitalista exponencia até o limite a separação entre homem-sujeito e natureza-objeto, cristalizando “a idéia de uma natureza objetiva e

² O sentido originário de *phýsis* é ser, tudo o que brota de si mesmo e ao brotar, permanece: os processos celestes, as ondas do mar, o crescimento das plantas, o nascimento dos animais e dos homens a partir do ventre materno. A palavra *phýsis* significou, primordialmente, o céu e a Terra, a pedra e o vegetal, o animal e o homem, a história humana entendida como obra dos homens e dos deuses e, finalmente, os próprios deuses. *Phýsis* significa a força imperiosa da existência e o permanecer nela. É o sair do ocultamento e o sustentar-se assim, explícito, manifesto, visível. (Resumo do que diz Heidegger em *Introdución a la Metafísica*, p. 51-55).

exterior ao homem! (GONÇALVEZ, 19990, p. 35), base de um modelo econômico voltado para a apropriação privada do meio-ambiente, da ciência e da técnica.

Os movimentos ecológicos surgiram, basicamente, em função da crítica a esse modo de vida. Mesmo pretendendo abranger complexas relações entre os seres vivos e o meio-ambiente, a ecologia e os movimentos sociais ecológicos mantêm-se ainda atados a concepções naturalistas, especialmente porque costumam se posicionar a partir de uma visão etnocêntrica fundada na idéia de uma natureza dicotômica que separa homem e natureza. Ao ser reforçada a responsabilidade moral da ação humana sobre a aparente passividade da natureza, aprofunda-se o abismo que nos tem apartado da *phýsis* desde a Antiguidade.

Nas cidades percebemos tal separação como ainda mais contundente. Possivelmente porque a paisagem e o modo de vida urbanos se distinguem cada vez mais de um imaginário natural, acirra-se dicotomia natural-artificial. E fato, a paisagem e o modo de vida em desertos e florestas ou em pequenos povoados em muito se distinguem daqueles verificados em metrópoles. Parece-me inconsistente a divisão que situam por um lado, a cidade como artifício e, por outro, o campo (ou o que seja a idéia de ambiente natural) como natureza e que, atribuindo-lhes qualidades excludentes os coloca como realidades antagônicas. São, a meu ver, diferentes – o mundo urbano e o mundo rural – porém pertencentes a um mesmo universo: a natureza. Nessa direção, caminho ao lado de Rosset (1989), Lara quem não cabe a existência concomitante da natureza e do artifício: ou tudo o que existe é natural, ou tudo é o que se queira nomear, desde que seja uma só coisa. Somente a partir de uma visão que reincorpore o homem à *phýsis* estaremos libertos de preconceitos e moralizações diante de nós mesmos e de nossa própria natureza criadora.

Muito embora os conceitos de meio natural, meio técnico e meio técnico-científico elaborados por Santos (1988) sirvam de base para a compreensão das relações homem-meio na sociedade contemporânea, não se pode creditar ao autor a idéia de já não mais existir uma natureza. Ora, se a ciência, a técnica, a histórica e a cultura são resultantes da ação humana, devem-se ao fato de serem parte integrante da constituição e da condição natural do homem. Por que, então, cindi-lo e desmerecer seu potencial criador retirando-o da natureza? Por que não aceitar o homem como um ser natural que, por sua própria natureza, concebe, constrói, produz e vive conforme suas especificidades?

Ao se definir a produção humana como não-natural, compreende-se como tal o meio-ambiente que constrói. Em sendo assim, poder-se-ia sustentar que as cidades vêm ocupando ou substituindo o espaço natural e, dada a crescente urbanização do planeta, estaríamos, portanto, caminhando para uma “desnaturalização” da Terra.

Calcada numa visão antropocêntrica, mas negando a existência do tempo presente, a idéia de uma natureza que se contrapõe ao artifício paradoxalmente contribui para desprivilegiar o homem. Principalmente nas grandes cidades, a pobreza, a segregação sócio-espacial e a ausência de políticas urbanas eficazes transformam o meio-ambiente em objeto de rejeição, preterido sempre e sempre por um ideário “natural”.

As dimensões continentais e as características do território nacional contribuem, também, para a exaltação de alguns paraísos da flora e da fauna, transformados em referências ufanistas e/ou idílicas da natureza tropical. Interessante é notar como, nas diversas telas que compõem o “sistema” exibidor audiovisual da contemporaneidade³, veicula-se com insistência publicitária um ideário natural sempre antagônico à realidade urbana vivida pela maioria da população.

Ao aceitarmos a existência de uma “natureza” que nos expulsa ou da qual nos retiramos, passamos a buscar o restauro de elos que supostamente recuperariam nossa essência natural, nosso reingresso num mundo divinizado. Como que arrependidos desde sempre dos ímpetus de curiosidade e de criatividade que nos levaram a transpor os limites do paraíso, vivemos às voltas com tentativas de adquirir licença para retornar, consumindo o produto “natureza” nas suas mais diversas embalagens. Compramos casas em condomínios “verdes”, perfumes com aromas de campos, alimentos “naturais sem aditivos químicos (como se química não fosse natureza) ou livros sobre magia, gnomos, fadas e bruxas capazes de nos reconduzir ao Éden. A crescente construção de espacialidades como resorts, *apart-hotéis*, edifícios inteligentes e centros de lazer e consumo contextualiza tendências comportamentais induzidas, em especial as camadas de médio e alto rendimento. Seja na cidade ou no campo, no interior de Goiás ou nos Jardins paulistanos, mantém-se a mesmice de lojas de conveniência, de caixas eletrônicos, de *shopping centers*, dentre outros equipamentos climatizados e bem comportados e vende-se a idéia de que tais espaços sejam capazes de expurgar conflitos,

³ Há que se considerar que crescem em número e tipos as telas exibidoras de programas audiovisuais, hoje já não mais restritas ao cinema e à televisão, mas abarcando a *web* e outros veículos eletrônicos de difusão de imagens e sons.

diversidades e violência, desde que o consumidor submeta-se aos seus regimes de enclausuramento. Dentro, como assinalou Cruz e Souza, estão

[...] os cristais dos tempos fulgurantes,
Músicas, pompas, fartos esplendores,
Luzes, radiando em prismas multicores,
Jarras formosas, lustres coruscantes,
Púrpuras ricas, galas flamejantes,
Cintilações e cânticos e flores [...]
(CRUZ E SOUZA *apud* Muzart, 1993, p. 76).

Enquanto isso, do lado de fora prevalecem a pobreza, o perigo, o abandono. Ali ficam os que não possuem passe de entrada, identidade e, portanto, cidadania. Telefonia celular, redes de informação computadorizadas, transmissões via satélite, entre outras inovações estão presentes em áreas urbanas densamente povoadas porém ainda marginais à malha da cidade, desprovidas de quaisquer sistemas de drenagem ou esgotamento sanitário. Grades de ferro – grades do *apartheid* social – são, cada vez mais, soluções buscadas para a preservação de ilhas urbanas de conforto, insulados redutos quase caricaturais da cidade, esvaziados de vida. Das respostas advindas dessa exclusão social firmam-se a segregação sócio-espacial e sua filha diletta, a violência.

Note-se como, muitas vezes em nome de uma “natureza” ou da preservação do meio-ambiente, incorporamos com surpreendente postura acrítica produtos e atitudes de segregação. Discorre-se com grande desenvoltura sobre a importância da preservação do mico-leão-dourado, do lobo guará ou do jacaré de papo amarelo, não se ouvindo falar, entretanto, da urgência ecológica, ambiental e social da construção de sistemas adequados de saneamento em favelas; da criação de meios de transporte coletivo que atendam à grande demanda de trabalhadores de baixa renda e que substituam o uso excessivo do automóvel particular; da arborização e promoção de áreas de lazer e espaços culturais que venham a melhorar as condições de vida nas periferias das cidades; ou de políticas públicas de habitação que abram opções para a construção de moradias dignas e seguras em lugar dos cada vez mais numerosos assentamentos em áreas de risco.

Em não sendo a cidade considerada natureza, não o serão também seus habitantes e produtores e, ao se romperem os elos que ligam o homem urbano ao seu específico meio ambiente natural, desestabiliza-se uma das mais básicas noções ligadas à construção da identidade e, portanto, da cidadania: a noção de pertencimento ao lugar. Em não se percebendo parte integrante, não se sentindo pertencente à cidade, o homem

urbano abdica da possibilidade de (re)criar seu espaço em termos sociais, ambientais e culturais. Se quisermos refletir sobre a questão da cidadania através de uma perspectiva não fragmentada da existência, devemos considerá-la, conforme Guatarri, na sua “articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)” (1993, p. 8).

A reflexão crítica acerca do “preconceito naturalista” descrito por Rosset (1989) pode contribuir para reaproximar o cidadão de seu meio-ambiente. Somente a partir de uma visão que incorpore na mesma noção de natureza a flora, a fauna e também o homem e suas realizações poderemos resgatar a tranquilidade que nos permite agir segundo o que somos: seres pertencentes e integrados à natureza. A certeza de pertencer leva o indivíduo a construir seu espaço nele se construindo socialmente. Em sentindo-se responsável por aquilo que (re)criar ou constrói, percebe-se, também, valorizado e estimulado a refletir criticamente sobre sua produção e a de seus pares.

Vivemos nas cidades às voltas com processos de rompimento e resgate de tênues vínculos com o meio-ambiente. Como inquilinos de imóveis para temporadas, incorporamos efêmeras referências de lugar, logo descartadas por novos endereços, tão voláteis quanto o número de voltas que damos em torno do ciclo vicioso formado pela dicotômica idéia de uma “natureza” a nós antagônica. Ora situando-nos como artifício, ora como “natureza”, nossa noção de pertencimento oscila entre o mundo da técnica e da cultura, por um lado, e um universo natural” reificado que não as comporta, por outro. Tanto a primeira quanto a segunda opções implicam uma renúncia de parte da nossa existência, o que resulta, também, num empobrecimento da nossa capacidade de ação. Se, ao contrário, assumirmos como natural nossa peculiar condição urbana, poderemos exercer nossa cidadania como escultores que detêm, dominam e transformam a matéria numa obra que ao mesmo tempo lhes pertence, mas que também passa a pertencer ao mundo.

Quanto mais insistirmos em retirar a cidade do reino natural, mais caminharemos para a constituição de território urbanos desprovidos de subjetividade e sentido, construídos à nossa revelia. Enclausurando-nos em espaços que não comportam a riqueza e a variedade de nossa própria produção sócio-cultural, criamos ecossistemas urbanos alisados e homogêneos, incapazes de sobreviver às externalidades de grupos vizinhos. Vivemos preservados de nós mesmos, reverenciando avançados instrumentos tecnológicos aptos a nos colocar em redes permanentes de comunicação global, mas sequer caminhamos por nossas calçadas, becos e ruas de nossa vizinhança. Alçamo-nos

à condição de cidadãos do mundo, mas continuamos estrangeiros em nossa própria cidade.

Não se poderemos falar em cidadania enquanto insistirmos em não pertencer à cidade, rejeitando-a e rejeitando, por conseqüência, a nós mesmos. Pertencimento e cidadania são noções que se vinculam e dizem respeito a um só lugar: a natureza, de onde nunca saímos, nem mesmo quando passamos a construir cidades. Ao negarmos a natureza urbana, correremos o risco de ficarmos eternamente à procura de Atlântidas perdidas. Enquanto isso, estaremos desperdiçando o tempo disponível para a construção das cidades que desejamos e podemos erguer.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética. A teoria do romance.** São Paulo: Hucitec, 1998.

BORGES, Jorge Luis. O jardim dos caminhos que se bifurcam. **Ficções.** Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2007.

CRUZ E SOUZA, João da. Claro e escuro. **O livro derradeiro. Poesia completa.** Org. de Zehidé Muzart. Fundação Catarinenese de Cultura/Fundação Banco do Brasil, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter porto. **Os (dês)caminhos do meio ambiente.** São Paulo. Contexto, 1989.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo, Papirus, 1993.

_____. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates.** São Paulo, v.5. n. 16, p. 109-120, 1985.

HEIDEGGER, Martin. **Introdución a la metafísica.** Tradução de Emilio Estiú. Buenos Aires, Editorial Nova, 1966.

PARENTE, André. Civilização da imagem ou civilização do clichê? **ECO.** Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura. ANPUR. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização.** São Paulo, Hucitec, 1993.

ROSSET, Clément. **A antinatureza.** Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e debates,** São Paulo, v. 8, n. 25, p. 58-62, 1988.

SODRÉ, MUNIZ. **A maquina de Narciso. Televisão, indivíduo e poder no Brasil.** Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.